CCI Informa

2021

Ano II – Edição 04 – abril 2021

O presente material informativo da Auditoria Interna (CCI) tem o intuito de compartilhar conhecimentos e boas práticas em gestão pública com a comunidade da UFBA, tendo como principal fonte o Ementário de Gestão Pública – EGP.

Normativos

NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021.
Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

DOAÇÃO DE BENS MÓVEIS

DECRETO Nº 10.667, DE 5 DE ABRIL DE 2021.
Altera o Decreto nº 9.764, de 11 de abril de 2019, que dispõe sobre o recebimento de doações de bens móveis e de serviços de pessoas físicas ou jurídicas de direito privado pelos órgãos e pelas entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

GESTÃO DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES DE CONFIANÇA

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.042, DE 14 DE ABRIL DE 2021.
Simplifica a gestão de cargos em comissão e de funções de confiança, autoriza o Poder Executivo federal a transformar, sem aumento de despesa, cargos em comissão, funções de confiança e gratificações, prevê os Cargos Comissionados Executivos - CCE e as Funções Comissionadas Executivas - FCE e altera a Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, para dispor sobre secretarias.

Julgados, pareceres e súmulas

VIGÊNCIA DO CONTRATO e ADITIVOS EXTEMPORÂNEOS

ACÓRDÃO Nº 781/2021 - TCU – Plenário.
9.6. dar ciência (...) de que a celebração de aditivos contratuais quando o prazo contratual já se encontra extinto, com atribuição de efeitos retroativos, (...), ainda que amparado em um dos motivos previstos no art. 57, § 1º, da Lei 8.666/1993, constitui falha administrativa, com vistas à adoção de providências internas que previnam a ocorrência de outras semelhantes;[...]

PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

ACÓRDÃO Nº 811/2021 - TCU – Plenário.
9.3. com fundamento no art. 9º, inciso I, da Resolução/TCU 315/2020, dar ciência (...) de que (...) foram identificadas as seguintes irregularidades:
9.3.1. a ausência, no Estudo Técnico Preliminar, de elementos que justifiquem as exigências contidas no edital, bem como da indicação das soluções disponíveis no mercado que atendam a esses requisitos, está em desacordo com o previsto no art. 11 da Instrução Normativa 1/2019 do Ministério da Economia;[...]

GESTÃO DE PESSOAS

ACÓRDÃO Nº 765/2021 - TCU – Plenário.
c) comunicar (...) acerca da irregularidade consubstanciada na utilização continuada de pessoal sem vínculo empregatício para o desempenho de

atribuições próprias dos cargos inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos e salários (...), para a adoção das medidas julgadas necessárias;[...]

ACUMULAÇÃO DE CARGOS E EMPREGOS PÚBLICOS

ACÓRDÃO Nº 6513/2021 - TCU - 1ª Câmara.
1.7. Dar ciência (...) que a interessada acumula cargos públicos que perfazem jornada de trabalho de 80 horas semanais, circunstância que requer a verificação e o contínuo acompanhamento da efetiva compatibilidade de horários entre as duas atividades, de modo a assegurar o integral cumprimento - por parte da interessada - de seus deveres funcionais.

Informativos, atos e publicações científicas

EXTRATO PREVIDENCIÁRIO e AVERBAÇÃO DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

NOTA TÉCNICA SEI No 12713/2021/ME.
Utilização do Extrato Previdenciário como fonte de informações para averbação de tempo de contribuição de servidor.

AFASTAMENTO PARA PÓS-GRADUAÇÃO

NOTA TÉCNICA SEI No 13748/2021/ME.
Consulta feita pela Diretoria de Gestão de Pessoas do Ministério da Economia sobre possibilidade de extensão do prazo para a comprovação de efetiva participação de servidor em ação que gerou afastamento para Pós-Graduação Stricto Sensu.